



Processo nº : 10912.000256/00-61

Recurso nº : 138.946

Acórdão nº : 203-12.542

Recorrente : POSTO E CHURRASCARIA DE BORTOLI-CUPIM LTDA.

Recorrida : DRJ-Curitiba - PR

**RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO PIS. NORMAS  
PROCESSUAIS. PRECLUSÃO.**

Não há que se conhecer de pleito administrativo de restituição/compensação de PIS, uma vez que, em momento processual oportuno, deixou o contribuinte de atacar ponto sobre o qual a primeira instância se expressamente se manifestou e utilizou como argumento para o indeferimento do pedido em comento.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**SUPERMERCADO CANDIDÉS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2007.

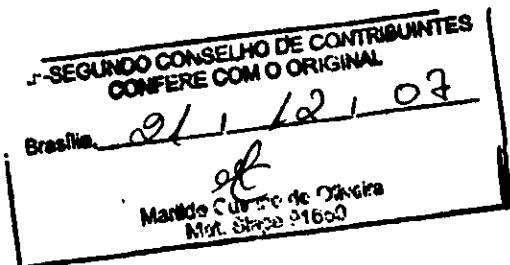
*Antônio Bezerra Neto*  
Antônio Bezerra Neto

*Presidente*  
Presidente

*Dalton Cesar Cordeiro de Miranda*  
Dalton Cesar Cordeiro de Miranda

*Relator*  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Eric Moraes de Castro e Silva, Sílvia de Brito Oliveira, Mauro Wasilewski (Suplente), Luciano Pontes de Maya Gomes e Odassi Guerzoni Filho.





Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10912.000256/00-61

Recurso nº : 138.946

Acórdão nº : 203-12.542

Recorrente : SUPERMERCADO CANDIDÉS LTDA.

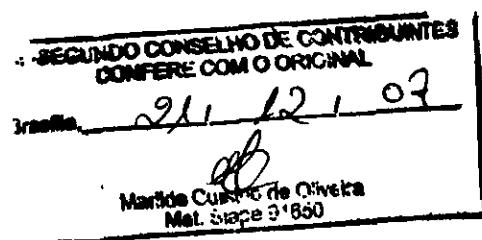
## RELATÓRIO

POSTO E CHURRASCARIA DE BORTOLI-CUPIM LTDA., contra acórdão da DRJ em Curitiba, interpõe recurso a este Segundo Conselho de Contribuintes, inconformada com a manutenção do indeferimento de seu pleito de restituição/compensação de valores do PIS supostamente recolhidos a maior.

O apelo preenche os requisitos de admissibilidade, daí ser necessário dele se conhecer.

Os autos, devidamente distribuídos, seguiram para minha análise.

É o Relatório.



curf



Processo nº : 10912.000256/00-61  
Recurso nº : 138.946  
Acórdão nº : 203-12.542

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 21/12/07

*[Signature]*  
Marilde Cesar Cordeiro de Miranda  
Mol. 3 ap. 91650

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

Como relatado, o recurso que ora se examina trata da inconformidade da recorrente para com o acórdão recorrido que manteve o não deferimento do pleito administrativo de restituição/compensação de valores do PIS supostamente recolhidos a maior.

A recorrente, em preliminar, ataca a decisão na qual que registra que a mesma não teria, quando da impugnação do Despacho Decisório que indeferiu seu pleito, apresentado manifestação de inconformidade quanto a decadência que fulminaria o pedido administrativo em comento.

De fato, a recorrente em impugnação não traçou nenhuma linha a propósito da suposta decadência que atingiria boa parte do período por ela reclamado para fins de restituição/compensação.

E isto, a meu ver, ao contrário do que sustenta a ora recorrente, não permite que este julgador administrativo aprecie de ofício a questão da decadência de seu pedido e seus efeitos, conforme por ela sustentado em seu arrazoado de apelo voluntário, pois o Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento no sentido de que *“Afastada a argüição de decadência na ocasião do saneamento da causa, indispensável é a impugnação do decisório por meio do recurso próprio e oportuno, sob pena de preclusão”*<sup>1</sup> (destaques do sítio eletrônico do S.T.J.).

Assim, entendo que o presente processo não há de subsistir, pois preclusa o debate da questão “decadência do direito reclamado pela recorrente”, pois contra a mesma e em momento processual administrativo oportuno, não foi apresentada manifestação de inconformidade.

Diante do exposto, voto pelo não provimento ao recurso especial interposto com relação ao tópico acima analisado, e único, pois para os demais temas resta prejudicado o debate, em face da preclusão apontada.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2007.

*[Signature]*  
DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

<sup>1</sup> REsp 527586 / SP (2003/0043296-6), Relator Ministro BARROS MONTEIRO, T4 - QUARTA TURMA, Data da Publicação/Fonte DJU, I, de 03.10.2005, p. 258